

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**  
**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**1991/1995**

Nos dias 06 e 07 de abril de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a trigésima quarta reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Saúde, Dr. Nelson Seixas, informou sobre a reunião da Frente Parlamentar da Saúde que ocorreria no dia 06 do corrente a partir das 09:00 hs e que às 10:00 hs haveria a transmissão de cargo do CONASEMS, o Dr. Raimundo Bezerra passaria o cargo para o Dr. Armando Raggio, com a presença do Sr. Ministro Henrique Santillo. Informou sobre o documento que havia recebido do MORHAN de Curitiba, que continha posição preconceituosa do Prof. Rui Miranda em relação à hanseníase. Avisou sobre a realização em São Paulo da II Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, onde o documento final dessa conferência exigia melhores condições de trabalho na área da Saúde, defendia a criação do Ministério da Seguridade Social e era contrário à proposta de privatização da Previdência. Em relação ao questionamento da intervenção policial nos hospitais do Rio de Janeiro e Campinas, o Secretário Municipal do Rio de Janeiro havia respondido que não existia esse tipo de acontecimento nos hospitais. Informou do recebimento de correspondência da CUT, que agradecia a atenção dispensada para com os médicos sindicalistas dos EUA, que visitaram o Conselho Nacional de Saúde. Comunicou que havia encaminhado a moção de repúdio à exigência de exames de HIV pela Câmara dos Deputados e a de apoio à Resolução nº 1.401 do CFM. O conselheiro Omilton declarou seu voto em relação a esta moção: "A Resolução supra mencionada estabelece que todas as enfermidades devem ser cobertas pelos planos de saúde e o seu formulador, Conselho Federal de Medicina, submeteu e debateu a mesma no Conselho Nacional de Saúde, no sentido de que este se manifestasse acerca do tema. O Conselho Nacional de Saúde aprovou a iniciativa tendo em vista a relevância da mesma. Contudo, na qualidade de representante do setor industrial, julgo-me no dever de salientar que, certamente, a cobertura de todas as enfermidades da forma proposta, onerará os custos das empresas de assistência médico-hospitalar, que por sua vez ser o repassados às empresas contratantes. Como o setor privado vem sendo extremamente onerado por novos impostos, aumentos dos já existentes e reduções nos seus prazos de recolhimento, vemo-nos compelidos a declarar o nosso voto, reiterando que não somos em absoluto, contra esta iniciativa tendo em vista o seu alcance social. Entretanto, o empresariado necessita saber quais ser os custos dessa Resolução caso ela venha a ser praticada. Por outro lado, quero deixar consignado que a população não estará suficientemente assistida enquanto a assistência médico/hospitalar não for completada pelo acesso ao medicamento, notadamente no período de convalescença, quando o paciente vai para casa e quase sempre não pode dar continuidade no emprego de medicamentos até ent o utilizados no hospital". O Coordenador-Geral avisou que o Dia Mundial da Saúde seria comemorado no dia 07 de abril de 1994, no auditório Emílio Ribas, com a presença de várias autoridades, inclusive a do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santillo. Relatou que a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher estava cobrando a realização de sua Conferência Nacional. Disse ter recebido ofício do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza, informando do estado emergencial para o combate do cólera naquele município. Comunicou a realização da Semana Mundial de Amamentação, que ocorreria nos dias 01 a 07 de agosto em Olinda. Informou que o conselheiro Benício Parentes também deixara o Conselho Nacional de Saúde, passando a ser titular o Dr. Danilo Lins Cordeiro Campos. Disse ter recebido ofício de despedida da Conselheira Zaíra. O Conselheiro Francisco relatou que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio Branco estaria abrindo vagas, não previstas no programa da Fundação Nacional de Saúde para agentes comunitários e que esta deliberação da Secretaria não havia passado pelo Conselho Estadual de Saúde acreditando que o Conselho Nacional de Saúde deveria verificar com

que fundamentos legais estariam sendo contratados esses agentes comunitários. A conselheira Zilda considerou ser necessário se fazer um ofício para o Programa Nacional de Agentes Comunitários para verificar a situação, se propondo ser relatora da matéria, obtendo concordância do Plenário em sua ponderação. O conselheiro Francisco acatou o que a Conselheira Zilda sugeriu, mas ressaltou que seria importante o envio de ofício à Secretaria Estadual de Saúde do Acre e à Fundação Nacional de Saúde para apuração dos fatos, no que obteve concordância do Plenário. O Jornalista Rogério informou ao Plenário que o Jornal só estaria pronto no mês de maio, que seria editado bimestralmente, solicitando do plenário a indicação, para auxiliar na editoração, de um representante de usuários, um de prestadores de serviço e um de profissionais de saúde. Solicitou sugestão para o nome do Jornal e informou que já havia constituído mala direta para o sua remessa. O conselheiro Jocélio avisou que haveria reunião do Conselho Nacional de Seguridade Social no dia 07/04, e que seria eleito o novo Presidente desse Conselho, ponderou que seria interessante a indicação do Ministro da Saúde como seu novo Presidente, relatou ainda que iria solicitar a revogação da portaria que obrigava o Conselho Nacional de Assistência Social a recadastrar as entidades filantrópicas, nessa reunião. O Assessor Técnico Elias Jorge reforçou o que falou o conselheiro Jocélio e solicitou manifestação formal do CNS em relação a uma emenda constitucional de criação do Ministério da Seguridade Social, e fez a exposição do quadro financeiro atual da Saúde. A conselheira Leny solicitou que fossem colocadas para a próxima reunião do CNS as questões abordadas pelo conselheiro Jocélio em relação ao Conselho Nacional de Seguridade Social. O Coordenador-Geral fez a apresentação dos novos conselheiros: CONASEMS: titular - Armando Raggio, Suplente - Gilson Cantarino; CONASS: titular - Danilo Campos e Suplente - Carmino Antonio de Souza; ANAC: titular - José Carlos Seixas; APAE: titular - José Justino Alves Pereira. Encerradas as apresentações, passou-se à análise da Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, o Coordenador-Geral colocou em votação e foi aprovada pelo Plenário. Passou-se para à análise da Ata da 33ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, que foi aprovada pelo Plenário com algumas ressalvas dos Conselheiros. O Coordenador lembrou que na reunião anterior o Conselheiro Carlini solicitara a transcrição da fala do Conselheiro Francisco durante a 32ª Reunião Ordinária, que se dera durante a parte final da Oficina de Trabalho sobre Recursos Humanos para a Saúde, e que mereceria uma reprodução especial. Contudo foi redigido seu inteiro teor do pronunciamento que é o seguinte: " Eu gostaria de agradecer aos palestrantes pelo tanto que nos ensinaram hoje e parabenizar a equipe que os convidou, realmente não poderia ter tido uma escolha melhor. Agradecer a Fabíola pela referência que fez ao nosso trabalho. Eu queria colocar aqui a nossa preocupação é o do aspecto que não foi abordado ainda. Quando se fala em Recursos Humanos é que realmente seja Recursos Humanos. Quando se fala em Recursos Humanos é que começa a se falar em tecnologia e outras coisas, coisas que robotizam a pessoa, eu acho que a gente está se esquecendo, eu até pediria a permissão de contestar um pouco a questão da biblioteca se é coisa obsoleta. Eu acho que não. Em alguns aspectos se as pessoas lêssem Roderberger já deveriam estar com seus livros amarelados, saberiam sobre a hanseníase e saberiam tudo sobre como a hanseníase é contraída pelas pessoas humanas. Quando se fala em Recursos Humanos a gente se esquece realmente da pessoa humana, ninguém canaliza a coisa para humanizar o atendimento da Saúde. Agora, de professor primário passei a coordenador de programas da saúde do meu município, tenho insistido que o primeiro medicamento, entre aspas, que as pessoas procuram o serviço de saúde, é o sorriso do profissional, seja o faxineiro ou seja o médico. Ele tem que se humanizar para atender a pessoa humana. Isso deveria também ser ensinado nas escolas. Esse aspecto se a gente não enfatizar, não vamos ter saúde para as pessoas humanas, vamos ter robô e pessoas que robotizam. Faço uma comparação, sei que somos seres humanos, para sermos equilibrados em nossas ações temos que levar em conta que somos como uma balança, de um lado temos o nosso cérebro e de outro lado temos o nosso coração. Quando pendemos para um lado

começamos a fazer besteira. Quando pensamos só com o cérebro, é o caso de muitos formadores e educadores que trabalham só o cérebro, a gente começa a fazer besteira, também se falarmos só com o coração, começamos a fazer outras besteiras, como se emocionar e chorar. Um educador, e aqui eu falo como tal, não pode perder essa vis o. Outro aspecto que eu queria abordar, seria sobre a questão da aprovação de escolas de saúde. Não falo só de Medicina, o meu voto aqui tem sido sempre contrário à criação de qualquer escola na qual o meu filho não possa entrar. Eu como profissional, hoje, que trabalha na área de saúde e educação não posso pagar uma faculdade de medicina para o meu filho. Então seria uma incoerência minha, aqui, como conselheiro, aprovar a criação de uma escola na qual o meu filho não possa entrar. Está extremamente elitizada a questão do ensino neste país, está sendo colocada só no nome de uma elite cada vez mais rarefeita e cada vez mais incompetente, eu diria até em decadência, haja vista as atitudes que estão sendo tomadas com o nosso país. O filho de um operário qualquer não pode ser médico hoje, a não ser que ele seja um gênio ou saia puxando o saco de um político para ganhar uma bolsa, ele sairá com sua personalidade comprometida. O ensino não é uma mercadoria, ele é um bem da humanidade, tem que se ter acesso, não é monopólio de uns poucos, temos que pensar nesse aspecto também quando formos criar uma escola, não é só os filhos dos economicamente bem de vida que podem ter direito de estudar. Uma outra coisa é a divisão desses profissionais, onde estão trabalhando. Eu moro no Acre, lá tem cerca de 90 médicos para uma população de 500 mil habitantes, quer dizer, quase 5 mil pessoas para cada médico. Uma população extremamente rarefeita, não está coberta lá por estes profissionais. Enquanto o Rio Grande do Sul tem um médico para menos de mil pessoas, segundo os dados que tivemos nesse Conselho. As pessoas têm as escolas, têm que ir onde s o necessárias, o saber não é monopólio de uma parte do país, é do bem da humanidade, porque o que se está ensinando nas escolas é uma acumulação de geração. Na aldeia indígena ela trata isso com muito mais sabedoria do que nós, lá cada filho que nasce tem o direito de ter o saber de toda a comunidade, a gente não. Eu que nasci no Amazonas, no interior, sou um privilegiado que aprendeu um pouco. Eu queria realmente que as pessoas colocassem essa parte, essas questões em evidência, em discussão, a gente não pode perder de vista a questão humana, que não se aprende com computador, aprende de gente para gente. E a questão do saber não é uma simples mercadoria, não é um quilo de feijão, não é um quilo de carne, é uma herança da humanidade a que todos nós temos o direito." Tema 01 - Apreciação dos Pedidos de Cursos na rea de Saúde - O primeiro curso a ser abordado foi o de Psicologia da Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina - O Conselheiro Allgayer, relator do processo, deu seu parecer favorável à abertura do curso. O Conselheiro Jocélio pediu vistas do processo. Passou-se a seguir aos cursos que estavam destinados ao conselheiro Aboim. O conselheiro Aboim disse não ser possível dar parecer ao curso de Serviço Social da União Brasileira de Cultura e Educação por ser esse processo de dez anos atrás, necessitando ser atualizado. Em seguida solicitou maior prazo para dar seu parecer em relação ao curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima. O Plenário concedeu mais um mês de prazo para que o conselheiro Aboim pudesse completar o seu relatório. O conselheiro Eurípedes informou ao Plenário que o curso estava funcionando, sem o parecer final do Conselho, solicitando que fosse encaminhado ao MED um ofício dando conta da situação, para que aquele ministério tomasse as devidas providências em relação à Universidade de Roraima. O conselheiro Seixas pediu que fosse encaminhada ao setor jurídico do Ministério o questionamento da competência do CNS para interromper um curso. Dando continuidade à reunião a Conselheira Leny solicitou mais um mês de prazo para poder elaborar o seu parecer sobre o curso de Farmácia da Universidade S o Judas Tadeu, pois estaria esperando informações complementares. Apresentou seu parecer favorável ao curso de Ciências Biológicas da Sociedade Guarulhense de Educação. O Plenário aprovou o parecer da Conselheira Leny. Passou-se à análise do parecer contrário do curso de Medicina Veterinária da Sociedade Riopretense de Ensino e Educação elaborado pelo Conselheiro

Juarez. O parecer foi aceito pelo Plenário do CNS. O Coordenador-Geral informou ao Plenário que a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia havia convidado os conselheiros Arlindo, Carlini, Aboim e Thiers para participarem da próxima reunião da comissão no dia 3 de maio. O conselheiro Arlindo apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Fisioterapia da Universidade Gama Filho. O plenário aprovou o parecer do conselheiro Arlindo. Em seguida o conselheiro Gilson Carvalho fez a apresentação dos Encaminhamentos da Tripartite, TEMA 13 - da seguinte forma: 1 - ratificação da Resolução 103; 2 - aprovação da resolução para o mês seguinte nos mesmos moldes da Resolução 103; 3 - Urveização da tabela de UCA e AIH. A primeira proposta foi aprovada pelo Plenário, igualmente a segunda proposta. A terceira proposta foi aprovada pelo Plenário nos seguintes termos: fazer a correção pelos meses de janeiro/fevereiro/março e abril de 94, tomando por base o primeiro dia do mês de prestação de contas. Terminado o assunto da tripartite passou-se ao Tema 06 - Conclusão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI- sobre Ligaduras Tubárias: Fizeram a apresentação do tema a Deputada Benedita da Silva - Presidente - e o Senador Carlos Patrocínio - relator da CPMI. A Conselheira Zilda informou ao plenário que a Coordenação de Saúde Materno Infantil estava fazendo um trabalho de informatização e havia verificado que 50% das mortes em partos eram causadas por erro médico. O Conselheiro Eurípedes solicitou que fosse pautado para a próxima reunião do Conselho o alto índice de mortes nos partos por erros médicos. A seguir, o Coordenador-Geral informou das dificuldades que estava tendo para as comissões terem suas reuniões mensalmente. O Conselheiro Swedenberger sugeriu que fosse feita reunião com os coordenadores das comissões técnicas e intersetoriais do Conselho e que nessa reunião houvesse a participação de três conselheiros. A proposta do conselheiro Swedenberger foi aceita pelo Plenário e os conselheiros que fariam parte do grupo para avaliação das comissões seriam Swedenberger, Zilda e Ricardo Akel. A conselheira Zilda solicitou que fosse pautado para a próxima reunião o Programa da Coordenação de Saúde Materno Infantil. O conselheiro Jocélio fez a apresentação do parecer do Conselho Federal de Psicologia e da Associação Nacional dos Psicólogos, em referência a criação de novos cursos na área. Após a leitura dos pareceres, o conselheiro Jocélio propôs: 1 - contrário a abertura de novos cursos de psicologia em SP, RJ e DF; 2 - Que os pareceres dos Conselhos Estaduais de Saúde do Paraná e Amazonas contrários à abertura de novos cursos de psicologia fossem aceitos pelo Plenário; 3 - A análise dos pedidos de abertura de novos cursos de psicologia dependerá de pareceres dos Conselhos Estaduais de Saúde e que estes teriam um prazo de 20 dias para se pronunciarem. A proposta do conselheiro Jocélio foi aprovada pelo Plenário. O Coordenador-Geral pediu que fosse escolhido um relator para o credenciamento da Farmacologia da UNICAMP, tendo sido escolhido o conselheiro Carlini. O Coordenador-Geral solicitou que fosse escolhido algum conselheiro para acompanhar a Comissão de Reforma Psiquiátrica substituindo-o já que assumiu a Coordenação. O Plenário deliberou que o conselheiro Justino fosse o representante do CNS nessa comissão. O Coordenador-Geral solicitou a constituição de uma comissão para analisar o Projeto de Lei sobre Planejamento Familiar. O Plenário aprovou que fizessem parte dessa comissão os Conselheiros: Seixas, Eurípedes e Zilda. O conselheiro Swedenberger solicitou que constasse em ata uma manifestação sobre o "Dia Nacional da Saúde:" A Organização Mundial de Saúde aprovou o ano de 1994 como o ano Mundial da Saúde Buco-Dentária. Isto representa um posicionamento histórico na medida em que a OMS pauta entre as suas prioridades o enfrentamento das doenças bucais, especialmente a cárie dental. No Brasil as políticas desenvolvidas pelo setor público, em geral excluem ações em Saúde Bucal. O resultado disto: o Brasil é campeão mundial em cárie dentária e apenas 10% de toda a população têm acesso à assistência odontológica. Ou seja, mais de 130 milhões de habitantes estão excluídos de sua cidadania em Saúde Bucal. A prevenção em massa obtida com a utilização diversificada do uso do fluor (água de abastecimento, cremes dentais, comprimidos fluorados etc) não atinge a 40 milhões de brasileiros. A deteriorização da qualidade de vida e o aumento da

indigência no país agrava ainda mais este quadro acima descrito. A II Conferência Nacional de Saúde Bucal, realizada em setembro de 1993 em Brasília e que reuniu centenas de entidades de trabalhadores, de usuários e serviços, deixou claro o seu posicionamento sobre esta questão: Saúde Bucal é direito de cidadania e compete ao Estado nos diversos níveis proporcionar a assistência devida e promover outras ações em Saúde Pública que garantam a inserção efetiva da Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde. No momento em que a OMS dedica este ano à Saúde Bucal, queremos neste 07 de abril (Dia Mundial da Saúde) deixar o protesto de milhões de brasileiros com as políticas perversas desenvolvidas ao longo de anos por governos sem compromisso popular, conclamando a população a juntos exigirmos medidas efetivas para termos uma nova realidade em Saúde Bucal. Em seguida o Conselheiro Swedenberger leu seu parecer sobre a abertura dos cursos de odontologia, baseado nos pareceres da Comissão Técnica de Atuação Profissional na área da Saúde - CT/APAS, MED e Conselho Federal de Odontologia. Propôs que fossem suspensos todos os processos relacionados à abertura de cursos de odontologia com exceção das regiões Norte e Nordeste, nas outras regiões se o curso comprovasse inovação tecnológica, científica e assistencial significativa seria estudado. A proposta do conselheiro Swedenberger foi aceita pelo Plenário. O conselheiro Armando Raggio protestou contra o Decreto 1105/94, acreditando ser um desrespeito aos segmentos federal, estadual e municipal, afirmando que esse decreto seria uma reconstituição do INAMPS. Solicitou que este assunto fosse pautado para a próxima reunião e que o Ministro da Saúde estivesse presente. Terminado esse assunto passou-se ao Tema 10. - Importação irregular de medicamentos terminados. O Dr. Ronan Tanus - Secretário da Vigilância Sanitária fez a apresentação do Tema. Após a apresentação do Dr. Ronan Tanus o conselheiro Cármino sugeriu que fosse ponto de pauta da próxima reunião a questão da assistência farmacêutica, considerando o tema de mais alta relevância. O conselheiro Carlini solicitou que o CNS entrasse em contato com o Ministério Público para saber qual o poder que a justiça brasileira tem de interferir nas ações de saúde. O Coordenador solicitou que os conselheiros Arlindo, Carlini, Omilton e Thiers colaborassem na organização da oficina de trabalho (Assistência Farmacêutica) a se realizar provavelmente em junho. Terminado o assunto passou-se ao Tema 12 - Fundo Nacional de Saúde. O Dr. Sebastião Carlos Alves Grilo - Secretário Executivo do FNS fez a apresentação do tema. O conselheiro Arlindo solicitou o funcionamento da Junta Deliberativa. O Dr. Sebastião Carlos Alves Grilo informou ao conselheiro Arlindo que a Junta Deliberativa iria ser convocada para o dia 12 de abril do corrente. Com isso encerrou-se a apresentação. O conselheiro Thiers solicitou que constasse na pauta o tema referente ao credenciamento do Departamento de Farmacologia da UNICAMP. O Coordenador-Geral após relatar a pauta da reunião seguinte deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Maria Lima Barbosa, Walter Chaves Costa, Leny May da Silva Campelo, Francisco Augusto Vieira Nunes, Omilton Visconde, Armando Martinho Bardou Raggio, Jocélio Henrique Drummond, Thiers Ferreira, José Justino Alves Pereira, Gilson Caleman, Ernani Vitorino Aboim Silva, Ricardo Akel, Zilda Arns Neumann, Rosemary Lumena Berol Costa, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, José Carlos Seixas, Arlindo Fábio Gomez de Sousa, Edmundo Juarez, Danilo Lins Cordeiro Campos, Gilson de Cássia Marques de Carvalho, Eurípedes Balsanulfo de Carvalho, Francisco Ubiratan Dellape, Carlos Eduardo Ferreira, João Guerra de Castro Monteiro, Augusto Alves de Amorim, Elisaldo Luiz de Araujo Carlini, Dijon Hosana Sousa Silva, Antonio Sabino dos Santos, Raquel Maria Rigotto, Mansur José Mansur, Cláudio José Allgayer e Carmino Antônio de Souza.